

Sonhando à porta da Europa

No final dos anos 70, a «Europa» era um estabelecimento de hábitos previsíveis. Se a minha memória é boa, a «Europa» fechava às 22:00 e reabria às 06:00. Era essa, pelo menos, a minha impressão de criança, confirmada em noites passadas na zona de ninguém entre as alfândegas de Vilar Formoso e Fuentes de Oñoro, principal fronteira terrestre entre Portugal e a Espanha. A «Europa» correspondia a essa hora difusa: a hora da espera. Naquele tempo, era a espera simultânea da manhã e do *amanhã*. O amanhã e a fronteira confundiam-se para constituir uma espécie de soleira: um sítio que não é dentro nem é fora por ser exactamente o território invisível do que fica *através*. Os sonhos moram nesses estados subconscientes. Eu venho de um país onde a fronteira era, até há pouco tempo (no tempo dos meus pais), um debate existencial: *saltar* ou ficar, saltar ou morrer, saltar ou desistir?

O tempo da minha infância e adolescência é um efémero *através* numa história de nove séculos, uma passagem difusa entre duas siglas, o PREC (Processo Revolucionário em Curso) e a CEE (Comunidade Económica Europeia). Eu pertença à geração que, em Portugal, não é nem pai nem filho da democracia. Nasci em ditadura, em 1968, entrei para a escola no ano da Revolução dos Cravos, 1974, e entrei na universidade no ano da adesão europeia, 1986. A minha geração, em termos de identificação histórica, não é dona de nada apesar de ser abençoada com tudo: com a liberdade, a democracia, a riqueza – numa palavra, com a «Europa». Tão entretidos com esta bênção, discutimos pouco, ou nada, se o desencravamento português poderia ter sido feito de outra forma.

Através não é lugar nenhum e é a possibilidade de todos os lugares: uma esperança, uma profecia, uma mentira. Ainda não se está lá mas *lá* já está aqui. É um sono e a sua interrupção, a soleira entre o sonho e a consciência. Eu, aconchegado no banco de trás do nosso carro, acordava por vezes com a estranheza de quem não reconhece de imediato o sítio onde tinha adormecido,

- Já chegámos?

lá fora estava escuro, havia uns néones das lojas onde se comprava caramelos e bonecas sevilhanas e de onde o meu pai trazia *chorizo*, *jamón serrano* e outras «tapas» e uma garrafa de laranjada *La Casera*,

- Ainda não, sonha mais um bocadito,

e para trás de nós prolongava-se uma fila de carros, algures à nossa frente estava a Guarda Fiscal, onde, no momento mais nervoso da viagem, o do regresso ao país, um homem de uniforme, cuja profissão era a desconfiança, perguntava para dentro de cada carro se havia

- Alguma coisa a declarar?

e o que poderia haver, senhor guarda, uma garrafa de uísque?, um gravador portátil?, uma máquina de café?, luxos insignificantes comprados numa passagem ritual pelas lojas de Andorra,

- Fomos com o menino a uma clínica a Barcelona,

o que poderia haver no carro de uma família de classe média?, não média na «Europa», média em Portugal, média-aflita, média-remediada, média-humilde, o que poderia haver «de contrabando»?

A fronteira era um filtro. Em ambos os sentidos, de saída ou de entrada, a «Europa» passava por ali, por aquela placa de asfalto entre Beira-a-Pobre e Castela-a-Velha, onde o esperanto dos identificativos nos camiões TIR materializava uma ideia prosaica, mas palpável, de livre circulação. Esta ideia de liberdade circulante era um «amanhã que canta», quase ideológico, num país sempre pobre, ainda analfabeto e ainda encravado, uma pátria *low-cost* que acabava de desembaraçar-se – à força e à pressa – do seu Império e da sua ditadura. O Império, no caso português, foi há muito pouco tempo. Foi anteontem. Foi há tão pouco tempo que Portugal ainda não teve tempo de aprender a estar na «Europa». Ou melhor, integrou-se na «Europa» com falsa facilidade: já estava no «Atlântico» desde a fundação da NATO e por isso foi apenas preciso desfazer-se de «África» (sempre este vício de geografias imaginárias, talvez um reflexo imperial, tudo é genérico, nada é concreto, pouco é detalhe) para reintegrar «o seu lugar histórico» no continente (é assim que nos falamos desde crianças, incluindo quando já somos adultos). A «Europa» foi uma viagem fácil. Portugal foi um êxito e tornou-se o aluno exemplar de Bruxelas. Ou não? De repente, num estilhaçar de cristais, a festa é interrompida. O país está falido, descobre-se um tecido produtivo débil, um nível de endividamento absurdo das famílias, uma máquina pesada de funcionários, indicadores económicos e desequilíbrios sociais que os economistas identificam como «próximos do Terceiro Mundo»,

- Alguma coisa a declarar?

chama-se então o FMI, o Governo faz a contra-revolução legitimado pela *troika*

- Já chegámos?

e a *troika* legitimada pela «crise», juntos, Estado e *troika*,

- Ainda não, sonha mais um bocadito,

numa cruzada de terrorismo fiscal e laboral, obcecados com a necessidade de «cortar», «cortar» por onde der. Despojados do crédito instantâneo, confrontados com a fragilidade da economia real do «aluno-modelo da Europa», os lusitanos descobrem, como diz um amigo meu da banca de investimento, «que um euro português não valia o mesmo que um euro alemão». Paroxismo: os nossos governantes convidam abertamente os portugueses a emigrar. São declarações chocantes para um povo que julgava que tinha deixado de ser um país de emigração e que, enquanto andou a alimentar o mito de ser o novo-rico entre os pobres, não fez afinal o necessário para deixar de ser – como somos, sem apelo nem agravo -, o velho-pobre entre os ricos.

O discurso oficial exigia, durante os anos dourados dos fundos estruturais e da «convergência», uma identificação com a «Europa»; o sucesso não admitia a evidência brutal da saída constante de portugueses do seu país. Contudo, os números do Banco de Portugal, aliás, estiveram sempre lá para quem quisesse ler: durante a última geração, os emigrantes portugueses (com grande destaque para os da «Europa», ou seja, França, Alemanha, Suíça) enviaram para a pátria remessas equivalentes a um ano de PIB (Produto Interno Bruto). Agora, a hemorragia da emigração é pelo menos visível e, para quem duvida, aconselho uma excursão pedagógica matinal pela *banlieue* parisiense, para contar as pequenas carrinhas de empresas familiares de «caixilharia e alumínio», «reparações ao domicílio» ou «alvenaria e estuques» com as matrículas - e os anúncios! - ainda em português. Em 2011, 120 mil portugueses saíram do país. Os portugueses com formação - uma geração de ouro que teve o melhor nível de educação de sempre na história de Portugal - chegam a Londres, Paris ou Genebra para tentar vender na «Europa» a massa crítica que já não têm espaço para usar no seu país, onde 500 euros para um jovem arquitecto, por exemplo, constituem hoje uma oferta generosa de emprego.

Portugal não é um país em crise, é uma pátria em distopia onde a ostentação leva a melhor sobre a dignidade e o arrivismo ganha quase sempre à

exigência. Uma análise recente de anúncios de emprego concluiu que um serralheiro ou canalizador podem receber mais do que um engenheiro. Chegou-se ao ponto de os candidatos a emprego *esconderem* as suas habilitações para melhorar as suas hipóteses de empregabilidade. Instala-se, tragicamente, a convicção de que «estudar não serve para nada» num país com um lastro pesadíssimo de iliteracia e analfabetismo funcional.

Noutra frente de fuga a este rectângulo que se afasta da «Europa», uma multidão de desocupados da bolha da construção e dos sectores de mão-de-obra barata toma o Sul e ruma a Angola. Sobre Angola, antiga «jóia da coroa» portuguesa, diz a propaganda dos dois países que é uma terra de «oportunidades». É verdade, para quem não tiver escrúpulos. O que não se diz nos média de Luanda nem de Lisboa, nem da «Europa» que às vezes nem sabe onde fica esse país no mapa, é que hoje não há dinheiro limpo em Angola e que todo o «investimento» é, directa ou indirectamente, uma lavagem. Citando o corajoso *rapper* angolano MCK, no fantástico poema que é o tema «No país do Pai Banana», *eles* «fizeram da miséria um negócio rentável». Angola é hoje um circo máximo de nova exploração colonial, num projecto de capitalismo selvagem gerido por um regime de origem e de matriz estalinista. A exploração, contudo, inverteu-se neste binómio luso-tropical, operando uma vingança da história. Os filhos e netos dos colonos portugueses são hoje – nos estaleiros, nas pedreiras, na construção civil - os semiescravos dos descendentes dos antigos «indígenas» e «assimilados» da «província ultramarina» que fazia o orgulho de Salazar.

Mas Angola não é apenas o destino da nossa mão-de-obra barata. Depois de uma excursão de 40 anos à «Europa», o Portugal democrático está hoje exactamente onde estava o Portugal da *perestroika* marcelista (de Marcello Caetano, o delfim de Salazar, que tentou segurar o país numa época que já tinha passado). Portugal, constatação aflitiva, não é viável sem Angola, o que constitui, como nos anos 70, uma questão de soberania – não já deles, mas nossa. De Luanda chega, nos últimos anos, o fluxo de capital e de investimento – as tais «oportunidades» - que mantém Portugal à tona dos níveis mínimos da «Europa», evitando a honestidade do naufrágio, a troco do controlo crescente por interesses angolanos de posições vitais na banca, na energia, na distribuição e, *hélas!*, na comunicação social. O fracasso mútuo de Portugal na «Europa» e da «Europa» em Portugal não se mede apenas, nem sobretudo, pela falta de convergência económico-social, mas também pela falta de convergência moral e

ética na prática política e na cultura cívica. A «Europa» admite e acha normal, na sua cintura Sul, padrões de corrupção política, de má governação e de práticas antidemocráticas quotidianas que jamais passariam incólumes nos países do Norte – ou até do Leste, para esse efeito. Este é um tipo de condescendência mal disfarçada de quem, nos anos 80 e 90, não soube, porque não quis, em Bruxelas, Paris ou Bona, exercer o devido *leverage* sobre classes políticas emergentes que alimentaram e construíram as suas clientelas distribuindo e desbaratando os «fundos de coesão», a bem de um modelo de desenvolvimento que nunca se desviou do que era conveniente, nessa época, para os «grandes» do «projecto europeu».

Essa é, aliás, uma coerência de amnésia bastante conveniente à «Europa». *It's the history, stupid*: Portugal não chegou à «Europa» há mais tempo, quando devia e podia, porque a «Europa» e a «América», leia-se, as democracias ocidentais, não acharam finalmente que valesse a pena forçar demasiado a mão a Salazar (e a Franco) após 1945. Os grandes faróis do «projecto europeu» e da Aliança Atlântica julgaram decente para os portugueses (e espanhóis e gregos) a perpetuação de regimes profascistas, de opressão pela violência e pela ignorância que, também neste caso, não admitiriam para a sua própria gente. O discurso que ouvimos hoje, difuso mas cada vez menos tímido, de um *mezzogiorno* europeu, de um Mediterrâneo onde o Magrebe existe afinal nas duas margens, é apenas o eco mais recente de estratégias antigas e de uma visão enviesada dos honrosos líderes da «Europa». Esses «pais da construção europeia» estiveram entre aqueles que decidiram, conscientemente, perpetuar regimes que, como o Estado Novo português, tiveram para o nosso povo um preço incalculável – no tempo histórico colectivo como no tempo biológico individual.

A consolidação democrática no coração da «Europa» - um tempo de paz, que é o tempo da sementeira e da colheita – foi paga, em parte, com o juro da *totalitarização* de várias periferias, incluindo o país onde nasci. A «Europa», rápida a julgar e a catalogar, não devia esquecer que, antes de pagar (como ouvimos hoje dizer) a «integração» de Portugal, fomentou e ganhou com a sua exclusão. Das mais diversas formas, incluindo as inconfessáveis: numa incursão recente aos arquivos soviéticos, em Moscovo, no âmbito de uma tese académica sobre a política africana do antigo Pacto de Varsóvia, tropecei com referências recorrentes à gloriosa contribuição da RFA para o esforço de guerra português em África... Não há almoços de graça. A guerra fria teve uma segunda cortina

de ferro a Oeste, nos Pirinéus: a cortina da reacção, simétrica da cortina da revolução. E se a transição na Península Ibérica não aconteceu em explosão visível, como nos Balcãs, deveu-se, em primeiro lugar, a factores endógenos e a uma surpreendente maturidade das forças sociais em presença. Incómoda equação, esta, para qualquer português: engolimos hoje aulas de contabilidade de quem não soube, na devida altura, dar-nos lições de liberdade.

Da travessia de Espanha há 30 anos, entre Lérida/Lleida e Ciudad Rodrigo, recordo uma paisagem desolada de pequenas cidades de tijolo e de uma meseta triste, feita de sucessivos *pueblos* adormecidos como num *western*. Estranha impressão, a de Espanha ser um deserto a oeste da Catalunha. Quem conhecia Valladolid? Onde ficava Saragoça?... Do lado português, apesar da ruralidade ancestral das Beiras (o centro do país), havia território habitado e produtivo, uma malha demográfica que correspondia a uma ocupação secular de um espaço de fronteira – desde a Reconquista Cristã – e ao aproveitamento da terra, com focos industriais antigos como o centro têxtil da Covilhã, «a Manchester portuguesa» (um dos meus avós era trapeiro, isto é, fornecia desperdícios de tecido às grandes fábricas de lanifícios). Não me lembro de alguma vez comprarmos azeite, mel ou queijo, por exemplo. Tudo isso saía das pequenas propriedades da família. Os meus avós lavraram, até morrer, a sua constelação de minifúndios; eu aprendi a usar uma enxada antes de aprender a usar a escrita. Bens de consumo corrente eram produzidos em casa ou nas estruturas comunitárias da aldeia.

O «desenvolvimento» financiado e desenhado pela «Europa», que no litoral do nosso país produziu as bolas de cristal que são o cartaz da modernidade portuguesa, desmantelou esse mundo rural peça por peça. Fê-lo da forma mais perversa, à força de subsídios, de quotas, de «incentivos» para cultivar não importa o quê de ano para ano (tabaco onde havia vinha, kiwi onde havia oliveira, eucalipto onde havia pinheiro...), até que finalmente a combinação das políticas económicas com a má gestão do território esvaziou o interior de sangue novo. O móbil de tantos «incentivos»? As necessidades da engrenagem da PAC que, a bem da agricultura industrial da «Europa», aniquilou um ecossistema não apenas económico mas também cultural, transformado em cenário melancólico com campos de golfe e coutadas de caça. É uma perda irreparável, uma erosão antropológica. Sublinhemos este contraste: se, por exemplo, na Alemanha há palavras não-ditas para nomear memórias que ninguém esqueceu, o dicionário de Português está cheio de palavras que cada vez menos gente conhece porque

nomeiam objectos e actividades de um universo desertado (e não desertificado...), o mundo rural. O que é o verbo mondar? O que é o substantivo courela? Os meus pais falavam comigo numa língua que eu já não sei falar com as minhas filhas, como toda uma geração quer, nascida no campo, derivou para as cidades do litoral, no seu trânsito europeu.

Recordo ainda isto, no meu sono: depois de Vilar Formoso, depois da Guarda Fiscal,

- Alguma coisa a declarar?

a última parte da viagem, apenas algumas horas até à Beira Baixa, era festiva, os meus pais tagarelavam, havia um alívio no ar e parecia-me que o nosso *Opel Kadett Caravan* deslizava mais depressa na contramão da Europa. Um dia perguntei ao meu pai por que razão ele não tinha saído, por que não tinha, como se dizia, *dado o salto*, quer dizer, fugir ao país de Salazar,

- Já chegámos?

a tempo de não ir para a guerra de África,

- Alguma coisa a declarar?

a tempo de fazer talvez a universidade e não apenas o Magistério Primário, a tempo de viver na «Europa» e não na mediania,

- Ainda não, sonha mais um bocadito,

mas ele não respondeu e eu não voltei a perguntar nunca.

Tenho até hoje a sensação de que o terei magoado. Ou então foi ele que não quis magoar-me.

Quer dizer: a geração dele deve ter sido a última que, em Portugal, não conseguia separar deserção e exílio. Por isso ficou na soleira.

Eu, pelo contrário, fiz essa aprendizagem. Nenhuma outra dívida tenho para com a «Europa».

Pedro Rosa Mendes, Genebra, Julho de 2012